



**REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Do Sr. Idilvan Alencar)

Requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Educação, para debater o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros técnico e administrativo da educação básica.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de uma audiência pública, pela Comissão de Educação, para debater o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica.

Requeiro ainda que sejam convidadas para participar desta Audiência Pública as seguintes autoridades:

1. Rosicleide Maria Nazaré da Silva Soares – Sindicato dos Servidores Municipais de Petrolina-PE;
2. Fabiano de Jesus – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal de São José do Rio Preto-SP;
3. Joabson Leite – Sindicato dos Técnicos Administrativos Educacionais / Porto Velho-RO;
4. Rodrigo Reis de Almeida – Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Redes Municipais do Estado da Bahia / Núcleo Sindical de Valente-BA.





### Justificação

Quando aprovamos o Novo Fundeb, em 2020, um dos principais preceitos era a valorização dos profissionais da educação, razão essa pela qual elevamos de 60% para 70% o percentual do fundo que pode ser gasto para pagamento da remuneração de, além de professores, dos profissionais da educação.

O Projeto de Lei nº 2.531/2021 tem como objetivo instituir o piso salarial nacional para os profissionais dos quadros técnico e administrativo da educação básica, profissionais importantes e vitais para a educação. Essa matéria é de suma importância, pois impacta diretamente o funcionamento de todas as escolas públicas de educação básica de nosso país. Por isso, se faz necessário um debate amplo para a construção do melhor entendimento sobre essa pauta.

Nesse contexto, requeiro a realização de uma audiência pública por esta Comissão para debater sobre a implementação do Piso Salarial Nacional do Magistério e discutir mecanismos necessários para que todos os estados e municípios cumpram a lei do piso.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Deputado IDILVAN ALENCAR  
PDT-CE

